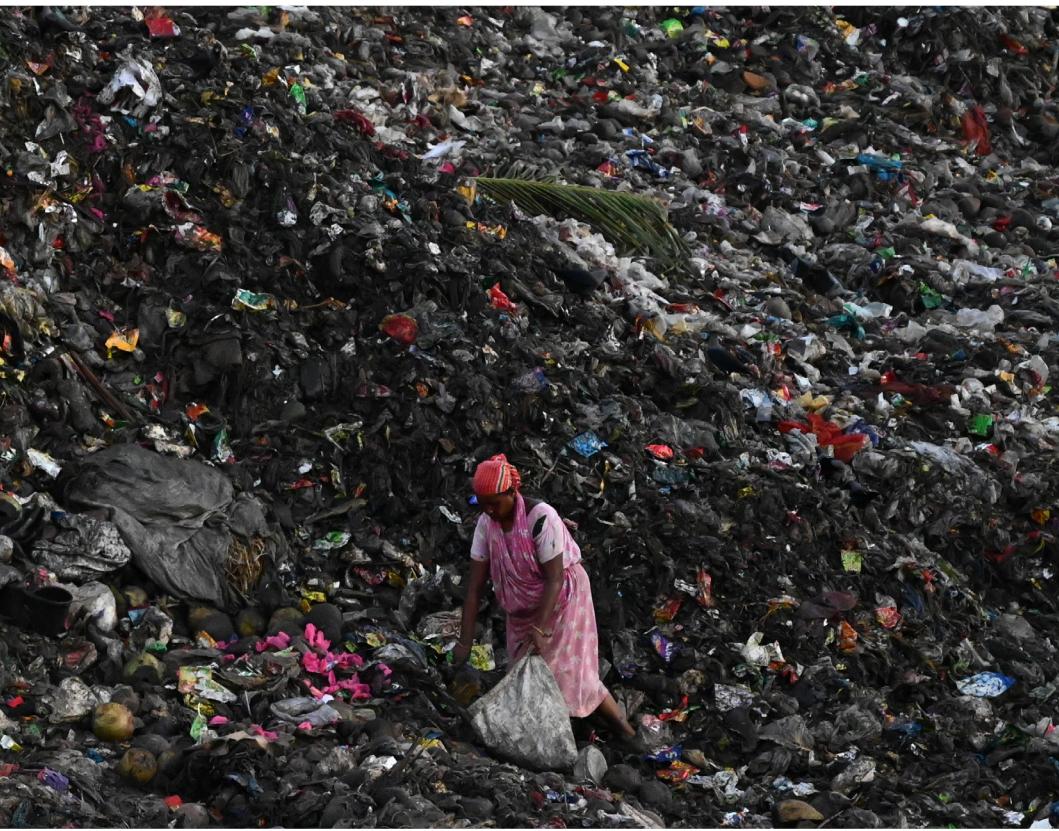


Cadernos  
**IHU** *ideias*



ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)  
ano 18 • nº 309 • vol. 18 • 2020



Catadores de materiais recicláveis:  
novos sujeitos de direitos na construção da  
sustentabilidade ambiental

Mariza Rios e Giovanna Rodrigues de Assis

# Cadernos **IHU *ideias***

**Cataadores de materiais recicláveis: novos sujeitos de direitos na construção da sustentabilidade ambiental**

Mariza Rios

Doutora em Direito pela Universidade Complutense de Madrid – Espanha  
e mestra em Direito pela Universidade Nacional de Brasília – UnB

Giovanna Rodrigues de Assis

Graduanda em Direito Integral na Escola Superior Dom Helder Câmara

**ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)**  
**ano 18 • nº 309 • vol. 18 • 2020**



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



## **RESUMO**

Este artigo objetiva analisar o protagonismo ambiental da atividade exercida pelos catadores de materiais recicláveis diante do contexto de degradação do meio ambiente em que as sociedades contemporâneas estão imersas. Para se alcançar tal ponto, o texto procura abordar a crise socioambiental vigente e apontar para a questão dos resíduos sólidos como um dos principais problemas ecológicos da atualidade, de modo a sugerir o desenvolvimento sustentável como uma alternativa de enfrentamento a essa realidade. Associa, nesse contexto, que os catadores de materiais recicláveis são verdadeiros protagonistas na construção desse modelo de desenvolvimento alternativo e pioneiros no ecologismo urbano referente ao lixo uma vez que, com a vida, pernas, braços e mãos, coletam toneladas de matérias-primas recicláveis e as destinam para a reciclagem, preservando milhares de metros cúbicos de natureza limpa. A construção do trabalho é feita pela pesquisa qualitativa, explicativa e exploratória, no intuito de evidenciar que esses sujeitos sociais são verdadeiros agentes ambientais e figuras vivas da preservação da natureza, dentro do ambiente urbano.

**Palavras-chave:** Degradação ambiental. Desenvolvimento sustentável. Catadores de materiais recicláveis. Protagonismo ambiental.

## **Abstract**

The main goal of this article is to analyze the protagonist role of recyclable material collectors in the environment, considering the ambiental degradation context in which societies are immersed in. Intending to get there, the text approaches the current socio-environmental crisis and it points to the issue of solid waste as one of the main ecological problems of today, in order to suggest sustainable development as an alternative to face this reality. It associates, in this context, that the collectors of recyclable materials are true protagonists when building this alternative kind of development and pioneers in urban ecology related to garbage, once with their own lives, legs, arms and hands, they collect tons of recyclable raw materials, allocating them to recycling and preserving thousands of cubic meters of clean nature. This assignment was made by qualitative, explanatory and exploratory research, in order to show that these social subjects are true environmental agents and living representatives of nature preservation in the urban environment.

**Keywords:** Environmental degradation. Sustainable development. Recyclable material collectors. Environmental protagonism.

**Cadernos IHU ideias** é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU** que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS**

**Reitor:** Marcelo Fernandes de Aquino, SJ  
**Vice-reitor:** Pedro Gilberto Gomes, SJ

**Instituto Humanitas Unisinos**

**Diretor:** Inácio Neutzling, SJ  
**Gerente administrativo:** Nestor Pilz

[ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)

**Cadernos IHU ideias**

Ano XVIII – Nº 309 – V. 18 – 2020  
ISSN 1679-0316 (impresso)  
ISSN 2448-0304 (online)

**Editor:** Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

**Conselho editorial:** MS Rafael Francisco Hiller; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

**Conselho científico:** Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Klipp, Unisinos, doutora em Comunicação.

**Responsável técnico:** Bel. Guilherme Tenher Rodrigues

**Imagen da capa:** Mumtahina - Pexels

**Revisão:** Carla Bigiardi

**Editoração:** Guilherme Tenher Rodrigues e Ricardo Machado

**Impressão:** Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos.  
– Ano 1, n. 1 (2003) . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003. .

v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

---

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos  
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil

## CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: NOVOS SUJEITOS DE DIREITOS NA CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

***Mariza Rios***

Doutora em Direito pela Universidade Complutense de Madrid – Espanha e  
mestra em Direito pela Universidade Nacional de Brasília – UnB

***Giovanna Rodrigues de Assis***

Graduanda em Direito Integral na Escola Superior Dom Helder Câmara

### **Introdução**

É incontrovertido que o contexto global contemporâneo se encontra dominado pela lógica capitalista, a qual consolidou nos países um estilo de vida específico calcado no consumismo. Nesse sentido, para retratar a atualidade, tem-se utilizado a expressão “sociedade de consumo”<sup>1</sup>, cuja estrutura de funcionamento induz o indivíduo a sustentar sua autoestima e subjetividade na aquisição de novos bens e a afirmar o seu valor como

---

1 A expressão “sociedade de consumo”, de acordo com Lipovetsky (2005), despontou entre os anos 1920 e popularizou-se entre os anos 1950 e 1960. A sociedade de consumo se refere à era contemporânea do capitalismo, em que o crescimento da economia e a geração do lucro determinam um estilo de vida totalmente consumista e desprezam todas as outras opções e experiências existentes no mundo.

pessoa, dentro do corpo social, na sua capacidade econômica. Sendo assim, a vida de cada ser humano passou a girar em torno de um ciclo incessante: adquirir e descartar produtos para adquirir novamente.

A fim de sustentar esse modo de vida altamente capitalista, o laime existente entre o homem e o meio ambiente passou por consideráveis modificações. É fato que a relação entre o ser humano e a natureza sempre existiu, pois os indivíduos sempre buscaram nela meios para satisfazer suas necessidades relacionadas à sua sobrevivência e bem-estar. Contudo, quando se verifica um modelo social calcado no consumismo e na criação sucessiva de bens e objetos de consumo como sinônimo de felicidade, a relação que antes era baseada na garantia da sobrevivência e do bem-estar dos sujeitos passa a se basear em necessidades irracionalis e insustentáveis, cuja principal consequência é a criação de um rastro de destruição ambiental.

Tendo em vista tal cenário, sabe-se que o planeta registra, na atualidade, uma crise ambiental de grande repercussão e sem precedentes. Observa-se um aumento predatório da extração e do uso de recursos naturais, ao mesmo tempo em que ocorre uma alta geração de resíduos que, em sua grande maioria, não possuem destinação adequada. Nesse contexto, o homem começa a se dar conta de que o modelo social altamente capitalista que molda suas relações econômico-sociais e que condiciona seus modos de vida não possui lastro suficiente de recursos naturais para ser mantido, devendo adotar medidas que busquem uma nova forma do homem se relacionar com a natureza de uma maneira sustentável.

Dentro desse cenário, destaca-se a posição sui generis ocupada na sociedade por um grupo de indivíduos denominados catadores de materiais recicláveis. A constituição dessa categoria representa um paradoxo ao contexto contemporâneo: a mesma sociedade de consumo que tem contribuído para a degradação ambiental em diversos níveis, possibilitou o surgimento e a manutenção de uma classe de pessoas que atua contrariamente à lógica do modelo econômico-social vigente, uma vez que esses sujeitos encontraram naquilo que aos olhos do capitalismo não possui mais valor – e que provavelmente integraria parte dos resíduos que contribuem para o atual colapso ambiental –, seu meio de sobrevivência e de obtenção de renda.

Diante da emergência do debate da temática socioambiental, este ensaio tenciona apresentar a experiência dos catadores de materiais recicláveis a partir de duas hipóteses. A primeira é que a própria atividade exercida por esse grupo impacta positivamente a construção da sustentabilidade social e, a segunda, direciona que estamos diante de um prota-

gonismo que aponta para novas possibilidades da integração entre a Terra, natureza e humanidade como forma de superação da crise socioambiental que a sociedade contemporânea está inserida.

A construção do trabalho é feita pela pesquisa qualitativa, explicativa e exploratória, no intuito de evidenciar o protagonismo ambiental desse grupo. Portanto, o método escolhido é o dedutivo, partindo do meio ambiente e da preservação ambiental e tendo como base a leitura do Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil, cujo marco temporal é 2018/2019, com foco principal na pesquisa bibliográfica e com o objetivo de evidenciar o protagonismo ambiental dos catadores de materiais recicláveis como importante aliado na busca por um ambiente saudável, em que o meio natural deixa de ser considerado objeto de manipulação humana.

Sendo assim, em primeiro lugar, as autoras se dedicam à análise do processo de degradação ambiental sob uma perspectiva histórica, por meio de referência ao projeto apresentado por Bauman (2001) como “Modernidade Líquida”, o qual caracteriza a atualidade pela incapacidade dos estilos de vida, instituições, crenças e convicções manterem a forma, transformando as vidas humanas em simples objetos de consumo. Posteriormente, optamos por apostar em um desenvolvimento humano, econômico e social em harmonia com a natureza, por meio da reflexão proposta na Encíclica Laudato Si’ publicada em 2015, pela Igreja Católica. Por fim, dedicamos o nosso estudo à ideia de que o protagonismo ambiental dos catadores contribui efetivamente com a proteção do meio ambiente mediante referência à obra “Catadores de Materiais Recicláveis, Consumo e Valorização Social” de Beatriz Judice Magalhães (2013).

## **O Desenvolvimento Econômico-Social: entre a preservação e a degradação do meio ambiente**

### *O homem e o meio ambiente: uma perspectiva histórica*

Toda a história da humanidade diz respeito ao modo como os homens mantêm uma relação entre si e com o ambiente externo a eles, de maneira que, a partir da interação desses indivíduos, a natureza adquiriu significados próprios de acordo com os objetivos e valores vigentes em cada momento histórico. Sendo assim, ao longo da trajetória humana, puderam ser observadas inúmeras sociedades, cada uma com um tipo de relação entre o ser humano e o meio ambiente, mas todas elas com um ponto em comum: independente da sociedade e do momento histórico a que se refere, o ser humano sempre buscou na natureza as bases materiais para sua existência e os meios para satisfazer suas necessidades.

Nos primórdios da civilização humana a percepção que os indivíduos tinham do mundo era muito diferente da visão antropocêntrica que por muito tempo vem determinando os modos de vida das sociedades: os sujeitos não se viam como seres separados da natureza, mas parte dela. Algumas sociedades tribais ainda existentes na atualidade, como as populações indígenas em solo brasileiro, são testemunhas vivas da relação homem-natureza que marcou esse período. Eles eram um só, integrados e interdependentes, e não poderiam separar-se um do outro.

Contudo, a partir de determinado momento da trajetória humana, os indivíduos passaram a adquirir consciência das suas capacidades biológicas e intelectuais. Percebe que pode decidir a maneira como irá interferir no meio e na matéria natural e que, para realizar estabelecida atividade, não lhe é exigido apenas o esforço físico, mas também uma vontade orientada a determinado fim. Assim, a humanidade começa a exercer seu desejo de controlar os processos naturais, subjugando plantas, animais, elementos naturais e até mesmo outros homens à sua vontade. Sob essa perspectiva, nesse período da história, sai de cena a relação integradora entre ser humano e meio ambiente e entra a visão de domínio e subjugação.

Ao decorrer dos anos, a ideia de separação entre homem e natureza começa a se instalar nas sociedades e vai se sobrepondo ao longo da história. Tal fenômeno se intensifica principalmente com as Grandes Navegações, no século XV, com a suposta necessidade de os povos europeus buscarem em terras distantes metais preciosos, especiarias, matérias-primas e terras. Nesse contexto, se iniciou uma expansão marítimo-comercial que foi essencial para espalhar por todo o globo uma forma insustentável de se relacionar com o meio ambiente, baseada na exploração de recursos naturais e na dominação de povos originários. Desmistificado e distinguido do homem, o meio ambiente passa a ser um simples objeto de domínio e de satisfação dos seus desejos pessoais.

Nesse viés, a partir da segunda metade do século XVIII, com a Revolução Industrial, inicia-se um marco para as questões ambientais. O capitalismo industrial transformou a força de trabalho humano e os recursos naturais em mercadoria disponível no mercado produtivo. A venda do trabalho humano e sua capacitação cada vez mais sofisticada e voltada para o mercado de consumo, além de um processo ininterrupto de produção e de consumo em massa, tornaram-se as principais características do modelo capitalista. Esse contexto dá origem à chamada modernidade líquida, em que a vivência da individualidade e das múltiplas e complexas conexões sociais se faz de modo flexível, relativo, acelerado e descartá-

vel, ante a desconstrução e a ausência dos referenciais simbólicos fortes da tessitura social, propostos pela modernidade ocidental<sup>2</sup>.

Na modernidade líquida o trabalho é reduzido a elemento integrante da mercadoria ou do serviço desejável pelos consumidores, o que demonstra a depreciação da condição humana a partir da conversão de sujeitos de direitos em meros produtos. Nas palavras de Bauman, a pessoa tornou-se coisa, pois: “na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria, e ninguém pode manter segura sua subjetividade em reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável”<sup>3</sup>.

Dentro desse cenário, o ser humano vive a sua vida sem se questionar sobre o que realmente acontece à sua volta. Vive-a como mero espectador, e não como protagonista. Assim, os indivíduos são transformados em uma estrutura flexível e programável, uma vez que a subjetividade dos sujeitos passa a se concentrar em um esforço sem fim para se tornar, e permanecer, uma mercadoria vendável. Assim, a característica mais proeminente de modernidade líquida é a transformação dos consumidores em mercadoria.

Tendo em vista esse contexto, na era da modernidade líquida o maior desafio da humanidade é, portanto, humanizar-se novamente. Contudo, esse processo de humanização – o qual demanda urgência – passa pela necessidade dos homens se autoconscientizarem de que não deveriam ser qualificados como parte da mercadoria e de que os recursos naturais não constituem mero elemento da cadeia produtiva. O ser humano deve buscar as suas origens como integrante do meio natural e se esforçar para compreender que tudo está interligado.

O ser humano e a natureza nunca constituíram partes isoladas: toda a matéria sempre esteve conectada, mantendo relações constantes entre os seres vivos e o meio ambiente. A partir disso, é primordial repensar um novo tipo de relação com a natureza que seja distinto do antropocentrismo que tem nos levado a negar a dependência que os seres humanos possuem em relação ao meio ambiente.

Para tanto, faz-se necessário que seja retomada a ideia de que o homem e a natureza, além de integrados, constituem cada um, a seu modo, sujeitos de direitos. Assim, a hipótese de que homem e natureza podem ser pensados sob uma perspectiva de harmonia, traz como desafio recuperar laços históricos de uma verdadeira consciência ambiental, a

---

2 BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

3 BAUMAN, Zygmunt. Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 15.

qual pressupõe que o aspecto natural e o aspecto humano estão interligados. É do que tratamos nessa pequena síntese até aqui. Agora, passamos a recuperar a questão dos resíduos sólidos no Brasil com o fito de esclarecer a dimensão desse problema ambiental que domina as sociedades contemporâneas.

#### *Um panorama da gestão dos resíduos sólidos no Brasil*

Nas sociedades atuais impera o paradigma de que o desenvolvimento econômico-social de cada Estado está condicionado à alta demanda de produção e ao consumo exacerbado de produtos que, em sua grande maioria, são descartáveis ou possuem vida útil curta. Desse modo, a dinâmica consumista que caracteriza e determina as sociedades contemporâneas, fez com que o homem transformasse cada vez mais matérias-primas em mercadorias, sem se preocupar com o pós-consumo nesse processo. De acordo com o papa Francisco:

Produzem-se anualmente centenas de milhões de toneladas de resíduos, muitos deles não biodegradáveis: resíduos domésticos e comerciais, detritos de demolições, resíduos clínicos, electrónicos e industriais, resíduos altamente tóxicos e radioactivos. A terra, nossa casa, parece transformar-se cada vez mais num imenso depósito de lixo<sup>4</sup>.

Diante da emergência desse tema, torna-se de fundamental importância realizar uma análise do Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, produzido pela Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública (ABRELPE)<sup>5</sup>, cujo marco temporal é 2018/2019, com o objetivo de refletir e examinar o cenário desses resíduos e a sua gestão no Brasil.

Segundo os dados do referido Panorama, foram geradas, em 2018, 79 milhões de toneladas de resíduos no Brasil. Todo o lixo que é produzido, em seguida, deve passar pela etapa de coleta, processo responsável pelo recolhimento dos resíduos onde são originados e pelo seu transporte até uma estação de transferência, de triagem, ou diretamente até o local onde ocorrerá a etapa de tratamento. Contudo, os dados revelam que, do

---

<sup>4</sup> FRANCISCO, Papa. Carta Encíclica Laudato Si sobre o Cuidado da Casa Comum. Roma. 2015, p. 19.

<sup>5</sup> Fundada em 1976, a ABRELPE é uma associação voltada à criação, à ampliação, ao desenvolvimento e ao fortalecimento do mercado de gestão de resíduos. Ela pauta sua atuação nos princípios da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável, com a missão de promover o desenvolvimento técnico-operacional da gestão de resíduos sólidos no Brasil (Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2018/2019. São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/download-panorama-2018-2019/>. Acesso em: 23 jul. 2020).

montante de lixo produzido no ano de 2018, 6,3 milhões de toneladas de lixo não foram recolhidos junto aos locais de geração.

No que se refere à etapa de coleta, cabe ressaltar que ela pode ser realizada de duas formas: da forma convencional, quando os resíduos não são separados previamente; ou da forma seletiva, quando a própria fonte geradora faz a separação dos resíduos conforme sua constituição ou composição. Esta última é mundialmente reconhecida como a mais adequada, pois, ao mesmo tempo que facilita o direcionamento dos resíduos para a reciclagem, garantindo a qualidade do material, também proporciona condições de trabalho mais salubres, pois seu manuseio se torna mais seguro. Tendo isso em vista, a pesquisa produzida pela ABRELPE permite estimar que quase três quartos dos municípios brasileiros realizam algum tipo de coleta seletiva. Em muitos deles, porém, essas atividades são incipientes e não abrangem todos os bairros, cenário que muitas vezes acaba por inviabilizar os procedimentos de reciclagem e de reutilização que se prestam a minimizar a quantidade de resíduos descartados no meio ambiente.

Após o processo de coleta, os resíduos passam pela fase de tratamento, que compreende uma série de procedimentos físicos, químicos e biológicos com o objetivo de reduzir a poluição do meio ambiente e promover o beneficiamento econômico. Quando se esgotam as possibilidades de tratamento, não existindo mais nenhuma alternativa de recuperação ou de reutilização daquele material, os resíduos passam para a última etapa do sistema de gerenciamento dos resíduos sólidos, conhecida como disposição final.

Nessa fase, os rejeitos devem ser afastados da população e depositados em locais devidamente preparados para recebê-los, como os aterros sanitários. Entretanto, de acordo com o Panorama, dos 72,7 milhões de toneladas coletadas no Brasil em 2018, apenas 59,5% tiveram disposição final adequada e foram encaminhadas para aterros sanitários. Tal cenário demonstra que unidades inadequadas, como aterros controlados e lixões, ainda possuem participação significativa na disposição final dos resíduos sólidos na sociedade brasileira – 23% e 17,5%, respectivamente. Os dados da ABRELPE revelam que esses locais estão presentes em todas as regiões do Brasil e recebem mais de 80 mil toneladas de resíduos por dia, com elevado potencial de causar danos ambientais e impactos negativos à saúde pública.

Ademais, para que o sistema de gestão dos resíduos sólidos seja adequadamente implementado e operado, viabilizando avanços e modernizando infraestruturas, é essencial que os órgãos públicos disponibilizem recursos econômicos e invistam nesse setor. Contudo, os dados revelam

que, entre 2017 e 2018, os capitais investidos em coleta e nos demais serviços de limpeza urbana recuaram. O encolhimento desses investimentos refletiu, inclusive, em um menor número de vagas de trabalho no setor, apresentando um recuo de 1,4% em comparação a 2017. Com os recursos limitados, torna-se inviável dar conta do gerenciamento de todo o volume de resíduos produzido pela sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, executar as demais atividades atinentes aos serviços de limpeza urbana. Assim, torna-se um desafio buscar soluções para a problemática dos resíduos em um país cujos recursos encontram-se comprometidos.

Diante desse contexto, percebe-se, portanto, que o modelo atual de gestão de resíduos mantido pela sociedade brasileira é insustentável e, permanecer como está, pode resultar em riscos indesejáveis a diversos ecossistemas e comunidades. Dessa maneira, torna-se evidente a necessidade de superação desse cenário, através de uma gestão do lixo que seja integrada e sustentável. Entretanto, tal realidade só será possível por meio da promoção de ações concretas, por parte do poder público e da sociedade civil, que abordem uma visão multidimensional dos resíduos sólidos, considerando as suas vertentes técnica, social, econômica, ambiental e política.

#### *O desenvolvimento econômico-social e a natureza: a necessidade de uma nova relação em busca da harmonia*

Como demonstrado pelos tópicos anteriores, é incontroverso que a humanidade vivencia, atualmente, uma crise socioambiental marcada pela ingerência destrutiva do homem sobre o meio ambiente. As sociedades contemporâneas estão permeadas de demonstrações cabais de que diversos ecossistemas e recursos naturais estão sendo comprometidos em nome do progresso e da economia. Sendo assim, visando a incessável busca pelo lucro e pelo poder de consumo, os seres humanos se esqueceram do fator primordial: a preservação das espécies e o cuidado com um meio ambiente equilibrado para as gerações presentes e futuras.

Enxergando essa realidade e refletindo profundamente sobre ela, um recente documento, publicado em 2015, pelo Vaticano – a Encíclica *Laudato Si'* sobre o Cuidado da Casa Comum – veio trazer à tona o cenário de colapso ambiental vigente, ao mesmo tempo que trouxe uma visão de desenvolvimento sustentável como uma alternativa de combate a essa crise. Também conhecida como Encíclica Verde, a publicação, de autoria do Papa Francisco, se revelou como um verdadeiro instrumento educativo para a tomada de consciência e ação em face do acirramento dos problemas ambientais na atualidade. O posicionamento do Sumo Pontífice veio, portanto, para potencializar o despertar da consciência de grande

parte dos seres humanos – católicos ou não – sobre o mal que eles vêm causando à nossa casa comum, à Mãe/Irmã Terra, sob a prerrogativa de desenvolvimento e progresso:

Esta irmã clama contra o mal que lhe provocamos por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus nela colocou. Crescemos a pensar que éramos seus proprietários e dominadores, autorizados a saqueá-la. A violência, que está no coração humano ferido pelo pecado, vislumbra-se nos sintomas de doença que notamos no solo, na água, no ar e nos seres vivos<sup>6</sup>.

Assim, para reverter esse cenário de destruição ambiental, é imprescindível que os seres humanos revejam o modelo mundial atual “onde predomina uma especulação e uma busca por receitas financeiras que tendem a ignorar todo o contexto e os efeitos sobre a dignidade humana e o meio ambiente”<sup>7</sup>. Na concepção de Francisco, um desenvolvimento econômico-social que não se presta a tornar o mundo melhor e a proporcionar uma qualidade de vida integralmente superior, não pode ser considerado como progresso. Sendo assim, surge a necessidade dos seres humanos começarem a buscar maneiras de criar um ambiente harmônico entre a natureza, o progresso e a economia, circunstância que só se tornará possível no momento em que as sociedades começarem a apostar no chamado desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável é aquele que busca estabelecer um equilíbrio entre o progresso econômico-social, o homem e a conservação ambiental. A sua definição mais famosa advém de um estudo realizado pela ONU em 1987, chamado “Nosso Futuro Comum” que conceituou esse modelo de desenvolvimento como aquele que “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”<sup>8</sup>.

Na concepção de Francisco, para se alcançar um modelo de progresso que consiga, verdadeiramente, estabelecer uma harmonia com a conservação do meio ambiente é preciso, em primeiro lugar, converter o modelo contemporâneo de desenvolvimento global. Para ele, não é suficiente conciliar, a meio termo, o cuidado da natureza com o modelo atual que sustenta a evolução das sociedades. Dentro desse contexto, os meios-termos são apenas um pequeno adiantamento do colapso, uma vez que não é realista esperar que quem está obcecado pela maximização dos lucros se disponha a considerar os efeitos ambientais que deixa-

---

6 FRANCISCO, Papa. Cit., 2015, p. 3.

7 FRANCISCO, Papa. Cit., 2015, p. 45.

8 CMMAD – COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: FGV, 1991. p. 46.

rá para as próximas gerações<sup>9</sup>. Sendo assim, deve-se buscar maneiras de redefinir o progresso, visto que dentro do esquema do ganho capitalista não há lugar para uma sociedade que pretende se revelar sustentável. Em suas precisas palavras:

Dentro do esquema do ganho não há lugar para pensar nos ritmos da natureza, nos seus tempos de degradação e regeneração, e na complexidade dos ecossistemas que podem ser gravemente alterados pela intervenção humana. Além disso, quando se fala de biodiversidade, no máximo pensa-se nela como um reservatório de recursos económicos que poderia ser explorado, mas não se considera seriamente o valor real das coisas, o seu significado para as pessoas e as culturas, os interesses e as necessidades dos pobres<sup>10</sup>.

Além disso, para que o desenvolvimento sustentável seja bem-sucedido ele deve levar em consideração o que o Pontífice denomina como uma ecologia integral, que inclua claramente as dimensões humanas e sociais. Para Francisco, toda a matéria existente encontra-se interligada, inclusive no nível subatômico e no nível genético. Nessa perspectiva, quando estamos a falar de meio ambiente, fazemos referência também a uma particular relação: a relação entre a natureza e a própria sociedade que a habita. Somos, portanto, parte do meio natural, de modo que o social influencia na natureza e a natureza influencia no social: “É fundamental buscar soluções integrais que considerem as interacções dos sistemas naturais entre si e com os sistemas sociais. Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental”<sup>11</sup>.

Dessa maneira, surge a necessidade de os novos modelos de desenvolvimento serem pensados mediante uma lógica integral que considere as relações do meio natural com os espaços sociais, uma vez que tudo está interligado. É essencial que os seres humanos retomem a consciência dessa relação de interdependência entre todos os níveis de realidade, gerando a percepção de que: “a análise dos problemas ambientais é inseparável da análise dos contextos humanos, familiares, laborais, urbanos, e da relação de cada pessoa consigo mesma, que gera um modo específico de se relacionar com os outros e com o meio ambiente”<sup>12</sup>. Não há desenvolvimento sustentável com o olhar apenas para o aspecto natural, ignorando o aspecto humano. A proteção do meio ambiente deverá

---

9 FRANCISCO, Papa. Cit., 2015, p. 148.

10 FRANCISCO, Papa. Cit., 2015, p. 145-146.

11 FRANCISCO, Papa. Cit., 2015, p. 108.

12 FRANCISCO, Papa. Cit., 2015, p. 110.

constituir parte integrante do processo de desenvolvimento da humanidade, e não uma parte isolada.

A fim de implementar essa integração e esse desenvolvimento sustentável, Francisco propõe, de forma pertinente, a necessidade de que as instituições sociais, a sociedade civil e os governos se mobilizem para buscar um agir de acordo com as diretrizes supracitadas. Contudo, a busca por soluções para a questão ambiental e para que essa nova modalidade de progresso seja possível demanda um diálogo internacional, uma vez que, quando se trata de meio ambiente, os efeitos das ações praticadas por um país transcendem o seu âmbito territorial, refletindo em todo o planeta.

O meio ambiente é um bem coletivo e patrimônio de toda a humanidade que habita a casa comum. Desse modo, todos os países – governo, instituições sociais e sociedade civil – devem buscar, numa relação de interdependência e solidariedade, medidas de enfrentamento à crise que tem colocado em risco a natureza e a própria existência do ser humano.

Um mundo interdependente não significa unicamente compreender que as consequências danosas dos estilos de vida, produção e consumo afectam a todos, mas principalmente procurar que as soluções sejam propostas a partir duma perspectiva global e não apenas para defesa dos interesses de alguns países. A interdependência obriga-nos a pensar num único mundo, num projeto comum<sup>13</sup>.

Portanto, para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado e um meio ambiente equilibrado seja reconquistado, muitas coisas deverão ser reajustadas. Cientes disso, longo e complexo será o caminho que a humanidade deverá seguir para buscar a mudança do quadro de insustentabilidade socioambiental posto, de modo que surge, assim, “um grande desafio cultural, espiritual e educativo que implicará longos processos de regeneração”<sup>14</sup>.

Contudo, para que essa regeneração seja possível, é preciso cultivar ações em torno do tema cuidado – com o sistema Terra; sistema vida, sistema sociedade<sup>15</sup>– no propósito de criar cidadãos conscientes do seu papel como seres de relações e detentores de responsabilidade social. Essa é a chave para que haja “um paradigma novo de relacionamento para com a natureza, para com a Terra, para com os seres humanos”<sup>16</sup>.

---

13 FRANCISCO, Papa. Cit., 2015, p. 127-128.

14 FRANCISCO, Papa. Cit., 2015, p. 155.

15 BOFF, Leonardo. Cuidado necessário: na vida, na saúde, na educação, na ecologia, na ética e na espiritualidade. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 238.

16 BOFF, Leonardo. Cit., 2012, p. 21.

## Catadores de materiais recicláveis: novos sujeitos de direitos

### *A constituição de uma categoria*

Ao discutir os problemas ambientais originados pelo processo de desenvolvimento econômico-social de diversas nações, constata-se que os atuais padrões de consumo e de produção vêm aumentando a gravidade dos impactos que os resíduos sólidos podem ocasionar ao meio ambiente e aos próprios seres humanos. Contudo, apesar dos resíduos serem considerados como um dos maiores problemas ambientais da contemporaneidade, por outro lado, eles surgem como uma fonte de renda para milhares de pessoas que dependem diretamente da venda desses materiais presentes no “lixo” para garantir a sua sobrevivência.

Sendo assim, cabe destacar a posição singular ocupada na sociedade pelos catadores de materiais recicláveis. A constituição dessa categoria se revela como uma grande contradição ao contexto contemporâneo: apesar de surgirem como resultado da economia de mercado à qual estamos inseridos, essa classe de indivíduos atua contrariamente à lógica desse sistema, pois encontraram naquilo que aos olhos do capitalismo não possui mais valor – e que provavelmente integraria parte dos resíduos sólidos que contribuem para o colapso ambiental vigente –, o seu meio de garantir a vida. Desse modo, a figura dos catadores representa um legítimo exemplo de atividades que, ainda que surjam dentro do capitalismo, abrem portas a transformações graduais em direções não capitalistas, configurando-se autêntico símbolo de resistência.

Segundo uma estimativa realizada pelo MNCR<sup>17</sup>, existem cerca de 800 mil catadores em atividade no Brasil. Ainda que seja verificada a existência desses indivíduos desde meados de 1950 na sociedade brasileira<sup>18</sup>, sua organização como um movimento social é, na verdade, bastante recente. Tendo isso em vista, para compreender as origens desse movimento e a maneira como ele se tornou um importante ator político na história de luta dos catadores de materiais recicláveis, é mister procurar examinar as raízes históricas da sua organização.

A década de 1980 é um marco para a história dos catadores de materiais recicláveis no Brasil, uma vez que é nesse período que esses sujeitos começam a se organizar em grupos, passando a lutar pelo direito de voz pública. Um exemplo merecedor de citação é a formação da Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaprovei-

17 MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR).

Quantos Catadores existem em atividade no Brasil? 10 abr. 2019.

18 MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR).

Cartilha de formação#1. São Paulo: 2005.

táveis (COOPAMARE), em 1989. Essa cooperativa, não só foi a primeira em solo brasileiro, servindo de parâmetro para as que vieram posteriormente, como também o mesmo grupo havia fundado, em 1986, a primeira associação de catadores do Brasil – a Associação dos Catadores de Papel. Além disso, outro exemplo digno de referência é a ASMARE (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável). Originada na cidade de Belo Horizonte em 1990, a ASMARE foi uma das pioneiras no papel de denunciar à sociedade os inconvenientes que ocorrem diariamente com os catadores de todo o Brasil, ao mesmo tempo que realizou um conjunto de ações a fim de alcançar um nível mínimo de influência sobre o poder público.

No ano de 1998, por iniciativa da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), é criado o Fórum Nacional Lixo e Cidadania, com o objetivo de erradicar o trabalho de crianças e adolescentes em lixões; estimular a inserção social e econômica de catadores em programas de coleta seletiva; e mudar radicalmente a forma de destinação do lixo no país, eliminando os lixões e implantando aterros sanitários<sup>19</sup>. Como o desdobramento desse cenário, foram desenvolvidos vários outros fóruns e seminários em diversas regiões do país, através dos quais constituiram-se espaços plurais e democráticos onde se incentiva o consumo consciente, responsável e sustentável, a coleta seletiva e a valorização da categoria dos catadores como empreendedores e agentes ambientais no meio urbano.

Com o passar dos anos, a articulação dos catadores de materiais recicláveis se evidenciou como uma realidade em expansão na sociedade brasileira. Sendo assim, no final da década de 1990, essa categoria de indivíduos conseguiu se unir em um quadro nacional para reivindicar suas demandas e lutar por direitos comuns, dando a origem embrionária, em 1999, ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), durante o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, em Belo Horizonte. Contudo, apenas em junho de 2001, com o 1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, evento que reuniu mais de 1700 catadores em Brasília, esse movimento foi efetivamente formalizado.

A partir desse cenário, o MNCR começa a mostrar sua força dentro do contexto nacional, acarretando diversos desdobramentos positivos a essa classe de trabalhadores. Uma das primeiras conquistas relevantes ocorreu em 2002, com a identificação do catador de materiais recicláveis como uma ocupação profissional pela CBO (Classificação Brasileira de

19 CAMPANI, D. B.; GRIMBERG, E.; PIRES, J.; MAGALHÃES, T. Programa Nacional Lixo & Cidadania. In: Congresso Interamericano de Resíduos 2005, México.

Ocupações), sob o nº 5192. Tal reconhecimento foi um dos primeiros marcos institucionais para a inserção dessa categoria de profissionais dentro do mercado formal, originando a possibilidade de aquisição de direitos básicos, além de ter servido para fortalecer os laços do MNCR e aumentar a autoestima dos catadores:

A atividade catadora de material reciclável existe há mais de 50 anos, sempre fizemos um trabalho de prestação de serviços à sociedade recolhendo resíduos recicláveis que provocam impactos negativos ao meio ambiente, riscos à qualidade de vida e à saúde pública de toda a população. Depois de muita luta, hoje a profissão catadora de materiais recicláveis é reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Este reconhecimento afirma o trabalho do catador como uma ocupação tão digna como qualquer outra. Isto é fruto de toda a nossa história de luta e organização<sup>20</sup>.

Em janeiro de 2003, aconteceu o I Congresso Latino-Americano de Catadores em Caxias do Sul (EA), que contou com a presença de catadores de diversos estados da América Latina. Nesse evento foi lançada a “Carta de Caxias”, que foi responsável por estipular um compromisso internacional entre os sujeitos que compõem essa classe trabalhadora e incentivar a unificação da luta nesses países. Essa carta explícita, por meio de uma consciência histórica, quem são os catadores de materiais recicláveis dentro da sociedade do descarte em que estamos inseridos:

Essa luta não começou agora. Ela é fruto de uma longa história de mulheres e homens que, com seu trabalho de catadores, garantiram a sobrevivência a partir do que a sociedade descarta e joga fora. É uma história em que descobrimos o valor e o significado do nosso trabalho: coletando e reciclando materiais descartados, somos agentes ambientais e contribuímos com a limpeza das cidades. A organização de associações e cooperativas criou a possibilidade de trabalho e renda para os setores mais excluídos da sociedade. Por tudo isso, o trabalho e as organizações dos Catadores são uma luz que aponta na direção de um novo modelo de desenvolvimento para nossas cidades e para nossos povos. Nossa experiência mostra que todas as pessoas podem ser muito mais felizes e saudáveis. Basta dar valor a tudo e reciclar tudo o que for possível, reciclando a própria vida<sup>21</sup>.

---

20 MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR).  
Cartilha de formação: Caminhar é resistir. São Paulo, 2009, p. 15.

21 MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR).  
Primeiro Congresso Latino-americano de Catadores de Recicláveis: Carta de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2003.

Na mesma perspectiva de unificação dos movimentos da América Latina, ocorreu em 2005 o II Congresso Latino-Americano de Catadores (as) em São Leopoldo (RS) e o III Congresso Latino-Americano de Catadores (as) em Bogotá, na Colômbia. Esses eventos se revelam como uma continuidade da articulação latina, abrindo novas frentes de luta na busca de direitos para os catadores. O interessante é que, embora a situação dos catadores se apresente de formas diversas em cada um desses países, a luta pela visibilidade do trabalho de catação na América Latina, é uma luta solidária que, mesmo quando não contempla reivindicações similares, possui ideais convergentes de inserção e inclusão social<sup>22</sup>.

Após anos de luta e de realização de pressões sobre as autoridades públicas, em 2010, foi aprovada e publicada a Lei Federal nº 12.305, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A referida lei representa um verdadeiro divisor de águas para a categoria dos catadores de recicláveis, uma vez que ela impõe diversas metas a serem atingidas pelos órgãos públicos em parceria com a sociedade civil para promover a inclusão social e a emancipação econômica dessa classe de trabalhadores. Isso se deu através do reconhecimento que a PNRS proporcionou ao trabalho dos catadores, atribuindo a esses indivíduos status de verdadeiros protagonistas na construção de uma política ambiental brasileira verdadeiramente efetiva, principalmente no que diz respeito à criação de métodos de gestão dos resíduos sólidos.

Diante de todo o exposto, é nítido que, ao longo dos últimos anos, os catadores vêm mostrando sua força e se organizando coletivamente para demarcar sua área de atuação, garantir seus direitos e conquistar o reconhecimento do seu trabalho. As lutas dos trabalhadores contra a exploração e a opressão não nasceram agora, mas constituem parte de um processo histórico que envolve diversos sujeitos em vários tempos da trajetória humana. Assim foram as lutas de resistência indígena, as lutas contra a escravidão, as lutas dos quilombos e as lutas contra as Ditaduras. E, atualmente, ainda são muitas as lutas que vêm sendo realizadas por reforma agrária, por reforma urbana, por educação, por trabalho, por respeito às diferenças, enfim, por dignidade. São essas lutas por uma mudança na sociedade e pela busca de direitos fundamentais que movem e sempre moveram os trabalhadores a se mobilizarem e se articularem, e assim vem ocorrendo com os catadores de materiais recicláveis também.

---

22 SILVA, R. B. Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis: atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro. Interthesis. Florianópolis: Edufsc, v. 3, n. 2, jul./dez. 2006.

*A ocupação de catador de materiais recicláveis e seus impactos socioambientais*

É fato que os catadores de materiais recicláveis vêm, ao longo dos anos, ressignificando o que grande parte das sociedades, sem uma consciência ambiental bem desenvolvida, consideram como lixo. Ao exercerem sua atividade tendo como objetivo imediato a garantia de um meio de obtenção de renda, esses trabalhadores acabam por realizar, também, um serviço público e ambiental: atuando ativamente no âmbito da coleta seletiva e no campo da reciclagem, os catadores contribuem de forma direta para a sustentabilidade ambiental, uma vez que impedem que sejam descartados em lixões e em aterros uma grande quantidade de materiais que, em sua maioria, são de difícil decomposição. Benefícios para o meio ambiente e para a sociedade surgem, assim, como uma espécie de “efeito colateral positivo” do trabalho realizado por esses indivíduos<sup>23</sup>.

Por muitos anos, o trabalho de coleta de materiais recicláveis esteve praticamente restrito aos grupos de catadores e catadoras nos centros urbanos. O descaso por parte dos órgãos públicos e da sociedade civil em relação à importância da atividade exercida por esses sujeitos, fez com que esse grupo social permanecesse, por décadas, marginalizado e estigmatizado dentro da sociedade brasileira. As pessoas costumavam colocar a sua aversão ao “lixo” e à “sujeira” acima do significado real da atividade desses indivíduos, constituindo um paradoxo onde os que limpavam eram considerados sujos pelos próprios geradores de resíduos. Contudo, ao longo dos últimos anos, com a ascensão do discurso ecológico no contexto global, observou-se um cenário de crescente valorização das pautas relacionadas à coleta seletiva, aos procedimentos de reciclagem e, por conseguinte, ao trabalho dos catadores.

Assim, é interessante notar o fato de que várias das prescrições incorporadas pelo ascendente paradigma ambiental, no plano de um discurso tido como correto e recomendável, originaram-se, na verdade, da necessidade de sobrevivência de grupos excluídos que viviam à margem dos padrões capitalistas de produção e de consumo. Desse modo, os catadores de materiais recicláveis, que realizavam a atividade de separação dos resíduos muito antes das preocupações de ambientalistas com a gestão desses materiais foram, na realidade, os pioneiros desse ecologismo urbano referente ao lixo:

---

23 MAGALHÃES, Beatriz Judice. Catadores de materiais recicláveis, consumo e valorização social. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, [S. I.], v. 20, n. 1, p. 246-265, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadufmg/article/view/2683>. Acesso em: 28 out. 2020.

Já data de mais de 50 anos as histórias da catação no país, nossos velhinhos que com seu testemunho vivo de sofrimento, injustiças e muito trabalho duro, contribuíram nas ruas e nos lixões do Brasil para a preservação verdadeira do meio ambiente. Muito diferente dos discursos inflamados de alguns ecologistas sem prática, mas com a vida, pernas, braços e mãos retiraram milhares de toneladas de matérias primas recicláveis e as destinaram para a reciclagem, preservando milhares de metros cúbicos de natureza limpa. Isto é terra que deixou de ser poluída, terra de nossos ancestrais índios, que no passado, livres, viviam de “coletar” aquilo que esta mesma natureza que preservamos oferecia em abundância para todos. Hoje conscientes ou instintivamente seguimos reproduzindo o que há de mais antigo na nossa cultura, a coleta<sup>24</sup>.

Mediante essa realidade, fica evidente que os catadores de materiais recicláveis desempenham, há anos, um serviço essencial para promover a preservação ambiental e melhorar os índices de qualidade de vida no meio urbano. A proporção da importância do trabalho realizado por esse grupo social e dos seus impactos ambientais positivos torna-se mais explícita através da estimativa publicada pelo MNCR, em 2019, na qual informa-se que esses indivíduos são responsáveis por 90% de tudo o que é reciclado hoje no Brasil. Sendo assim, não resta dúvida de que esses indivíduos são verdadeiros protagonistas da gestão dos resíduos sólidos na sociedade brasileira e elo fundamental na cadeia de reciclagem, uma vez que, se esse coletivo não interferisse no “destino” desses materiais, provavelmente eles iriam acabar em algum aterro ou lixão, poluindo o meio ambiente e colocando em risco a saúde pública.

Diante desse cenário, parece-nos que, ao coletarem os resíduos sólidos que são gerados nos espaços urbanos, os catadores promovem uma verdadeira transformação no status daquilo que foi jogado fora, de modo que, o que era considerado lixo passa a ser algo não só reciclável, mas que irá, de fato, ser reciclado:

[...] ainda que, intrinsecamente, antes da coleta, o lixo já seja dotado desse estatuto de ‘reciclável’, trata-se, até então, de uma mera potencialidade, que poderá ou não ser realizada. E é precisamente a atuação do catador que condiciona a realização dessa possibilidade. Embora o catador não represente o único elo da cadeia que existe entre o descarte do resíduo (condição de lixo) e a sua reutilização na indústria, é ele quem promove a transformação do status do material. Se o produto é criado pela indústria e o lixo advém da sua utilização

---

24 MNCR. Cit., 2005, p. 4.

pelo consumidor, o material reciclável como tal é, de fato, criado pelo catador<sup>25</sup>.

É importante ressaltar que essa transição do status dos resíduos sólidos promovida pelo catador é, também, um processo que atribui função social àquilo que foi jogado fora. A partir da participação ativa dessa categoria de trabalhadores no setor da reciclagem, observa-se que há uma reorientação no destino final daquele material descartado, uma vez que ele deixará de constituir parte dos rejeitos que serão depositados em um lixão ou aterro, para reintegrar a cadeia produtiva como algo que tem valor econômico. Sob esse ponto de vista, “observamos que essas pessoas parecem ser dotadas de um poder muito específico e interessante: o de transformar lixo em mercadoria”<sup>26</sup>.

A partir disso, observa-se que a transformação propiciada pela atuação desses sujeitos é radical, significando a passagem de algo desprezado para algo que será desejado e consumido, momento em que o lixo readquire sua função social. Esse processo demonstra o valor econômico que os resíduos podem ter ao serem apreendidos pela indústria de reciclagem, pois é justamente através dele que os catadores garantem a sua sobrevivência. Tendo isso em vista, é precisamente o potencial para utilidade presente nesses materiais que é levada em conta por lideranças e, também, oficialmente pelo MNCR para distinguir as categorias “lixo” e “material reciclável”, distinção que serve como suporte para que os catadores de autodenominem como “catadores de materiais recicláveis”.

Considerando que os catadores são os verdadeiros responsáveis pela reciclagem no Brasil e, por conseguinte, pela transformação de grande parte dos resíduos em mercadoria novamente, pode-se dizer que a atividade realizada por esses indivíduos traz implicações únicas, simultaneamente nos planos social, econômico e ambiental. Eles contribuem para o aumento da vida útil dos aterros sanitários, para a diminuição da demanda por recursos naturais, para a redução de gastos públicos com limpeza urbana e, também, para a superação do estágio de miséria e de pobreza que muitos desses indivíduos se encontram.

Sendo assim, é de extrema importância que o trabalho realizado por essas pessoas seja devidamente valorizado, pois, são, na realidade, prestadores de um serviço público e ambiental. São esses indivíduos que detêm a técnica necessária para a separação adequada dos resíduos sólidos, promovendo um maior reaproveitamento destes, além do que a atividade realizada por eles configura verdadeira alternativa de inclusão

---

25 MAGALHÃES, Beatriz Judice. Cit., 2016, p. 258-259.

26 MAGALHÃES, Beatriz Judice. Cit., 2016, p. 250.

social, driblando a falta de oportunidade e a exclusão que integra o mercado capitalista. Diante disso, é fundamental que esses trabalhadores sejam devidamente atendidos pelos órgãos governamentais nas suas necessidades para o desenvolvimento e a expansão desse serviço prestado informalmente à municipalidade e ao corpo social como um todo. Não estariam realizando nenhum favor a esses sujeitos sociais, mas apenas oferecendo meios para que uma atividade essencial a toda sociedade brasileira seja realizada com alguma dignidade. Esse assunto constitui, inclusive, uma das reivindicações do próprio MNCR:

O MNCR luta e exige o devido pagamento pelo trabalho prestado pelos catadores e catadoras à sociedade brasileira, uma vez que, comprovadamente, o trabalho dos catadores é mais eficiente na coleta seletiva que os caminhões e aparatos do setor privado. Neste sentido, o Movimento Nacional dos Catadores constrói uma árdua luta contra os lixões a céu aberto e pela transformação desses em aterros sanitários, com a devida transferência dos catadores que neles trabalham para galpões com estruturas dignas de sobrevivência, além de creches e escolas para as crianças<sup>27</sup>.

Em vista desses aspectos fica evidente a importância dos catadores de materiais recicláveis, constituindo verdadeiros agentes ambientais e figuras vivas da representação da preservação da natureza. Contudo, eles também são símbolo de uma luta diária contra as desigualdades e as injustiças do capitalismo, dando novo significado a suas vidas por meio do seu trabalho. É nossa tarefa oferecer todo o apoio às batalhas cotidianas desses indivíduos pela sua inclusão social, pela valorização do seu trabalho e pela sua independência, uma vez que são tais sujeitos sociais que trazem, cotidianamente, soluções efetivas para a preservação do meio ambiente – urbano e natural – e para que os mais pobres sejam capazes de vencer a exploração.

### **Considerações finais**

Como demonstrado, é incontrovertido que as sociedades contemporâneas estão insurgidas em um cenário de colapso ambiental, surgindo a necessidade do ser humano buscar medidas de enfrentamento a essa realidade. Sendo assim, foi observado que, como alternativa a essa crise, o desenvolvimento sustentável surge como mecanismo verdadeiramente capaz de reestabelecer a harmonia entre o homem, o meio ambiente, e o progresso econômico-social.

---

27 MNCR. Cit., 2009, p. 15.

Contudo, ficou claro que, para se alcançar um modelo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável é preciso converter o atual modelo de desenvolvimento global e, também, buscar métodos para se alcançar uma ecologia integral, que inclua as dimensões humanas e sociais. Isso se dá, pois foi constatado que não há desenvolvimento sustentável com o olhar apenas para o aspecto natural, ignorando o aspecto humano e suas vertentes.

Dentro do contexto de destruição ambiental e de busca por formas de enfrentamento a essa realidade, constatou-se a posição singular ocupada na sociedade por um grupo de indivíduos denominados catadores de materiais recicláveis. A atividade exercida por eles surge como uma consequência da economia de mercado na qual estamos inseridos, baseada na cultura do consumismo e do descarte. Assim, esse grupo social encontrou no que aos “olhos” do capitalismo não possui mais valor, e que provavelmente integraria parte dos resíduos sólidos que contribuem para o colapso ambiental vigente, o seu meio de ganhar a vida.

Atuando ativamente no âmbito da coleta seletiva e no campo da reciclagem, os catadores contribuem de forma direta para a preservação da natureza, uma vez que impedem que sejam descartados em lixões e em aterros uma grande quantidade de materiais que, em sua maioria, são de difícil decomposição. Portanto, a realidade constatada é que, ao exercerem a sua atividade tendo como objetivo imediato a garantia de um meio de obtenção de renda, esses trabalhadores acabam por realizar, também, um serviço de utilidade pública e ambiental.

Em face do exposto, conclui-se que é fundamental que a atividade exercida pelos catadores e catadoras de materiais recicláveis seja devidamente reconhecida pelos órgãos públicos e pela sociedade civil. Para tanto, se faz necessária a criação de políticas públicas e a aplicação de recursos financeiros nesse setor, com o fito de proporcionar uma estrutura para que esses sujeitos possam expandir o seu trabalho e exercê-lo com maior segurança. Além disso, é de extrema importância a criação de projetos de educação ambiental para que a sociedade civil possa se conscientizar sobre o protagonismo ecológico desses trabalhadores, dando passo essencial para desestigmatizar a imagem dessa população frente ao corpo social.

Ao realizar isso, estaríamos oferecendo meios para que uma atividade essencial a toda sociedade brasileira seja realizada com alguma dignidade. A proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável somente serão verdadeiramente possíveis a partir da criação de políticas de proteção às pessoas que se empenham, diariamente, com o seu trabalho,

a construir uma sociedade ecológica e integral, livre de qualquer tipo de exploração, injustiça e exclusão.

## REFERÊNCIAS

- ABRELPE. Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2018/2019. São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/download-panorama-2018-2019/>. Acesso em: 23 jul. 2020.
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. Vida para o consumo; a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BOFF, Leonardo. Cuidado necessário: na vida, na saúde, na educação, na ecologia, na ética e na espiritualidade. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CAMPANI, D. B.; GRIMBERG, E.; PIRES, J.; MAGALHÃES, T. Programa Nacional Lixo & Cidadania. In: Congresso Interamericano de Resíduos. 2005, México.
- CMMAD – COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nossa Futuro Comum. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- FRANCISCO, Papa. Carta Encíclica Laudato Si sobre o Cuidado da Casa Comum. Roma, 2015.
- LIPOVETSKY, Gilles. A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Barueri: Manole, 2005.
- MAGALHÃES, B. J. Catadores de materiais recicláveis, consumo e valorização social. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, [S. I.], v. 20, n. 1, p. 246-265, 2016. DOI: 10.35699/2316-770X.2013.2683. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/2683>. Acesso em: 28 out. 2020.
- MENDONÇA, Rita. Conservar e criar: natureza, cultura e complexidade. São Paulo: Editora Senac, 2005.
- MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). Cartilha de formação#1. São Paulo: 2005.
- MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). Cartilha de formação: Caminhar é resistir. São Paulo: 2009.
- MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). Quantos Catadores existem em atividade no Brasil? 10 abr. 2019.
- MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). Primeiro Congresso Latino-americano de Catadores de Recicláveis: Carta de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2003.
- SILVA, R. B. Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis: atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro. Interthesis. Florianópolis: Edufsc, v. 3, n. 2, jul./dez. 2006.



**Mariza Rios.** Doutora em Direito pela Universidade Complutense de Madrid – Espanha (2017). Mestra em Direito pela Universidade Nacional de Brasília – UnB (2005), com pesquisa na Universidade de Coimbra sob a orientação de Boaventura de Sousa Santos. Professora e Coordenadora da Transversalidade em Direitos Humanos e Políticas Públicas da Escola Superior Dom Helder Câmara. Advogada e Pesquisadora no campo dos Direitos Humanos Fundamentais e da Jurisdição e Adoção de Políticas Públicas de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável. Associada ao grupo “Global Law comparative group: Economics, Biocentrism innovation and Governance in the Anthropocene World”. Membro do grupo de pesquisa “PPG CS – UNISINOS: Transdisciplinaridade, Ecologia Integral e Justiça Socioambiental”. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3913038205048493>. Orcid: <http://orcid.org/000-0003-4586-9810>. E-mail: [riosmariza@yahoo.com.br](mailto:riosmariza@yahoo.com.br)



**Giovanna Rodrigues de Assis.** Graduanda em Direito Integral na Escola Superior Dom Helder Câmara. Membro do Grupo de Iniciação Científica “Instrumentos para Efetivação dos Direitos Humanos no Estado Democrático de Direito”, sob a coordenação da professora Mariza Rios. Atualmente sua pesquisa versa sobre a política pública como instrumento para a efetivação dos direitos humanos da população de rua, sob a ótica da emancipação social. E-mail: [giovannarodriguesa@hotmail.com](mailto:giovannarodriguesa@hotmail.com)

## CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert  
*O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montaño
- N. 04 *Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 06 *BRAZIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Klipp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Édison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krischke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Iracema Ladgraff Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Lucília Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde* – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 32 *A meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – André Sidnei Muskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Airton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrai Filho
- N. 38 *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de "A Teoria da Classe Ociosa"* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leitner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 46 *"Esta terra tem dono". Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sép Tiaraju* – Ceres Karan Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donadieu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evílázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Élida Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesselring  
*Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica: Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Érico Veríssimo* – Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o Povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke

- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellino* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moda* – Octávio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missionária colonial e seu território* – Arno Alvarez Kerm
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barreto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demandas por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Lauricio Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Stell
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesár Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Viana Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Mariânes Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana María Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valerio Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premeibida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, termo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra – Esp.* – Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montaño
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião – Rôber Freitas Bachinski*
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patricia Martins Fagundes Cabral e Nélio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmera Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaella de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal* – Leo Tolstoi – Thomas Mann – Alexander Soljénitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A filhila como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta

- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Doménica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Cláudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yíkue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passarmos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perout Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayer de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittles Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luís do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religião dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mònada ao social: A intersubjetividade segundo Leibniz – Marcelo Fabri*
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivaléncia à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camatti e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Marièle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamani
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *WEMPrA/Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Letícia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confidadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raizes da Praia* – Natália Martinuzzi Castillo
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach

- N. 205 Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro – Fábio Konder Comparato
- N. 206 Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: *Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiwa
- N. 207 Territórios da Paz: Territórios Produtivos? – Giuseppe Cocco
- N. 208 Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 As possibilidades da Revolução em *Ellul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben – Márcia Rosane Junges
- N. 211 Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo – Sandra Caponi
- N. 212 Verdade e História: arqueologia de uma relação – José D'Assunção Barros
- N. 213 A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ – José Oedels Schneider
- N. 214 Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze – Sandro Chignola
- N. 215 Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 A realidade complexa da tecnologia – Alberto Cupani
- N. 217 A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend – Hans Georg Flickinger
- N. 218 O ser humano na idade da técnica – Humberto Galimberti
- N. 219 A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre – Halina Macedo Leal
- N. 220 O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil – José Eduardo Franco
- N. 221 Neurofuturos para sociedades de controle – Timothy Lenoir
- N. 222 O poder judiciário no Brasil – Fábio Konder Comparato
- N. 223 Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão – Jesus Conill Sancho
- N. 224 O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867) – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais – Xavier Albó
- N. 226 Justiça e perdão – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 Paraguai: primeira vigília massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (*Operação Condor*) – Martin Almada
- N. 228 A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo – Sandro Chignola
- N. 229 Um olhar biopolítico sobre a bioética – Anna Quintana Feixas
- N. 230 Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racismo, eugenia e a gestão biopolítica da mistificação no Brasil – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida – Jesus Conill Sancho
- N. 232 Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança – Elsa Cristine Bevian
- N. 234 O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira – Rôber Iturmet Ávila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 Biopolítica, raça e nação no Brasil (1937-1945) – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 Economias Biopolíticas da Dívida – Michael A. Peters
- N. 237 Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação – Halina Macedo Leal
- N. 238 O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global? – Leandro Inácio Walter
- N. 239 Brasil: A dialéctica da dissimulação – Fábio Konder Comparato
- N. 240 O irrepresentável – Homero Santiago
- N. 241 O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 Uma crise de sentido, ou seja, de direção – Stefano Zamagni
- N. 243 Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão – Dirce Koga
- N. 244 A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal – Alexandre Filardi de Carvalho
- N. 245 Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo – Moysés da Fontoura Pinto Neto
- N. 246 O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo – Andreia Fumagalli
- N. 247 Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governoamento – Dora Lilia Marin-Díaz
- N. 248 Reivineração do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia – Roberto Romano
- N. 249 Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980) – Iraneidson Santos Costa
- N. 250 A Liberdade Vigida: Sobre Privacidade, Anônimo e Vigilantismo com a Internet – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira – Francini Lube Guizardi
- N. 252 A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades? – Vinícius Nicastro Honesko
- N. 254 Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva – Jean-Bosco Kakozzi Kashindi
- N. 255 Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles – Marcelo Castañeda
- N. 256 Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização – Altair Sales Barbosa
- N. 258 O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical? – Moysés Pinto Neto
- N. 260 Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre? – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo – Henrique Costa
- N. 262 As sociabilidades virtuais glocalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernetico do grupo Direitos Urbanos no Recife – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira – Sauro Bellizza
- N. 264 Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS) – Stela N. Meneghel
- N. 265 Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos – Aline Albuquerque
- N. 267 O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil – Giuseppe Tosi
- N. 268 Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia? – Alana Moraes de Souza
- N. 269 A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 O campo de concentração. Um marco para a (bio) política moderna – Viviane Zarembski Braga
- N. 271 O que caminhar ensina sobre o bem-viver? Thoreau e o apelo da natureza – Flavio Williges
- N. 272 Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana – Rafael Lopez Villasenor
- N. 273 Poder, persuasão e novos domínios de(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira – Celso Gabatz
- N. 274 Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório autônomo do capitalismo – Acauam Oliveira

- N. 275 *Tendências económicas do mundo contemporâneo* – Alessandra Smerilli
- N. 276 *Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord* – Atilio Machado Pepe
- N. 277 *O Modelo atual de Capitalismo e suas formas de Captura da Subjetividade e de Exploração Social* – José Roque Jungen
- N. 278 *Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo* – Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco
- N. 279 *O mal-estar na cultura medicamentalizada* – Luis David Castiel
- N. 280 *Mistérios da economia (divina) e do ministério (angélico).*  
*Quando a teologia fornece um paradigma para a filosofia política e esta retroage à teologia* – Alain Gignac
- N. 281 *A Campanha da Legalidade e a radicalização do PTB na década de 1960. Reflexos no contexto atual* – Mário José Maestr Filho
- N. 282 *A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo* – Angela Ganem
- N. 283 *Vai, malandra. O despertar ontológico do planejamento fome* – Armando de Melo Lisboa
- N. 284 *Renda básica em tempos difíceis* – Josué Pereira da Silva
- N. 285 *Isabelle Stengers No tempo das catástrofes. Quinze questões e um artifício sobre a obra* – Ricardo de Jesus Machado
- N. 286 *O “velho capitalismo” e seu fôlego para dominação do tempo e do espaço* – Luiz Gonzaga Belluzzo
- N. 287 *A tecnologia na vida cotidiana e nas instituições: Heidegger, Agamben e Sloterdijk* – Itamar Soares Veiga
- N. 288 *Para arrear a cúpula do judiciário* – Fábio Konder Comparato
- N. 289 *A Nova Previdência via de transformação estrutural da segurança social brasileira* – Marilinda Marques Fernandes
- N. 290 *A Universidade em busca de um novo tempo* – Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes
- N. 291 *Tributação, políticas públicas e propostas fiscais do novo governo* – Róber Iturriet Avila e Mário Lúcio Pedrosa Gomes Martins
- N. 292 *As identidades Chiquitanas em perigo nas fronteiras* – Alcir Pacini
- N. 293 *Mudança de paradigma pós-crise do coronavírus* – Fábio Carlos Rodrigues Alves
- N. 294 *O Mar da Unidade: roteiro livre para a leitura do Masnavi de Rúmi* – Faustino Teixeira
- N. 295 *Função social da propriedade e as tragédias socioambientais de Mariana e Brumadinho: Um constitucionalismo que não é para valer* – Cristiano de Melo Bastos
- N. 296 *O desassossego do leitor: subjetividades juvenis e leitura na contemporaneidade* – Maria Isabel Mendes de Almeida
- N. 297 *Escatologias tecnopolíticas contemporâneas* – Ednei Genaro
- N. 298 *Narrativa de uma Travessia* – Faustino Teixeira
- N. 299 *Efeito covid-19: espaço liso e Bem Viver* – Wallace Antonio Dias Silva
- N. 300 *Zeitgeist pós-iluminista e contrarrevolução científica na análise económica* – Armando de Melo Lisboa
- N. 301 *Educação, tecnologias 4.0 e a estetização ilimitada da vida: pistas para uma crítica curricular* – Roberto Rafael Dias da Silva
- N. 302 *Mídia, infância e socialização: perspectivas contemporâneas* – Renata Tomaz
- N. 303 *A colonialidade do poder no direito à cidade: a experiência do Cais Maúá de Porto Alegre* – Karina Macedo Gomes Fernandes
- N. 304 *Ártico, o canário da mina para o aquecimento global* – Flávio Marcelo de Mattos Paim
- N. 305 *A transformação dos atores sociais em produção e recepção: trajeto empírico-metodológico de uma pesquisa* – Aline Weschenfelder
- N. 306 *Impactos Ambientais de Parques Eólicos no Semiárido Baiano: do licenciamento atual a novas perspectivas* – Rosana Batista Almeida
- N. 307 *História de José, O Carpinteiro, como narratividade de Esperança* – Patrik Bruno Furquim dos Santos
- N. 308 *Violências, injustiças e sofrimento humano: o impacto das desigualdades sociais nas percepções de Martin-Baró, Ricoeur e Nietzsche* – Lina Faria e Rafael Andrés Patino



**UNISINOS**